

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

106 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 14/01/2022:

1. FALECIMEN	TO DO PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU	1
2. PRESIDÊNC	IA FRANCESA DO CONSELHO DA UE- 2022	1
3. TAXONOML	A	2
4. BÚSSOLA ES	TRATÉGICA	3
5. 20 ANOS DO	EURO	4
6. EUROPOL I	ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	5
7. DIMENSÃO I	PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA FRANCESA - COSAC	5
8. COMISSÃO EUROPEIA LITERACIA FINANCEIRA		5
9. COMISSÃO I POLÓNIA	EUROPEIA ESTADO DE DIREITO - PROCESSO POR INFRAÇÃO CON	TRA A
10. COMISSÃO	EUROPEIA PRÓXIMA GERAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS DA UE	6
11. REUNIÕES	DO CONSELHO DA UE	6
	Reunião informal dos Ministros da Defesa	6
	Reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (Gymnich)	6
12. AGENDA D	A PRÓXIMA SEMANA	7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7
13. ACADEMIA	L ESTUDOS TEMÁTICOS	7



<u>1. FALECIMENTO DO PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU</u>



Foto: PE

O presidente do Parlamento Europeu (PE), David Sassoli, faleceu no dia 11 de janeiro, em Aviano (Itália), onde se encontrava <u>hospitalizado desde 26 de dezembro</u>. Membro do Parlamento Europeu desde 2009, foi eleito presidente da instituição em julho de 2019 para a primeira metade da legislatura.

Uma cerimónia em honra do presidente David Sassoli terá lugar na segunda-feira, 17 de janeiro, na abertura da sessão plenária, em Estrasburgo. O cerimonial está disponível <u>aqui</u>. As cerimónias fúnebres tiveram lugar esta sexta-feira, dia 14 de janeiro, ao meio dia, na Basílica de Santa Maria degli Angeli. O PE disponibilizou um Livro de condolências online, disponível <u>aqui</u>.

De acordo com o estipulado no Regimento do Parlamento Europeu (Artigo 20.º), "se o cargo de presidente vagar, um vice-presidente, determinado segundo a ordem de precedência, exerce as funções de presidente até à eleição do novo presidente". Antes do súbito falecimento do presidente Sassoli, já estava previsto que a eleição do/a presidente para a segunda metade da legislatura teria lugar na terça-feira, dia 18 de janeiro, na sessão plenária que se realiza em Estrasburgo. Seguir-se-ão as eleições dos vice-presidentes e dos questores.

2. PRESIDÊNCIA FRANCESA DO CONSELHO DA UE- 2022

Demos nota, na <u>Síntese n.º 104</u>, das **prioridades da Presidência francesa do Conselho da União Europeia (UE),** que terá lugar no primeiro semestre de 2022, apresentadas pelo Presidente francês, Emmanuel Macron, no dia 9 de dezembro passado (vídeo disponível <u>aqui</u>).

O sítio internet da Presidência francesa do Conselho da UE pode ser consultado em https://www.europe2022.fr/ e o da respetiva dimensão parlamentar está disponível em https://www.parlue2022.fr/. Foi, igualmente, disponibilizado o Programa do Trio de Presidências (França, República Checa e Suécia), para os próximos 18 meses, que pode ser lido aqui.

Como demos nota desenvolvidamente na Síntese n.º 104, o lema da Presidência francesa será **Recuperação, Poder, Pertença (***relance, puissance, appartenance***)** e centrar-se-á em três áreas prioritárias (as prioridades e o programa da Presidência estão disponíveis, respetivamente, <u>aqui</u> e <u>aqui</u>):

1. **Uma Europa mais soberana**, assente em três domínios:

- <u>fronteiras</u>: com a criação de um mecanismo de reuniões regulares dos Ministros responsáveis por Schengen, a proposta de um mecanismo de apoio ao controlo de fronteiras em situação de crise (que complemente a Frontex), e fazer avançar o Pacto sobre Migrações e Asilo;
- <u>defesa</u>: passando para uma fase operacional da UE da Defesa, com especial ênfase na aprovação da Bússola Estratégica no Conselho Europeu de março. Esta deve afirmar uma soberania estratégica europeia, complementar com a NATO, mas que

1



- desenvolva a indústria de defesa e uma abordagem marítima, do espaço e do ciberespaço, que permita à UE apresentar essa estratégia na Cimeira da NATO que terá lugar em Madrid, no mês de junho;
- estabilidade e prosperidade da vizinhança, com enfoque em dois espaços geográficos: Africa e os Balcãs Ocidentais. No que diz respeito a África, é referida como o grande projeto geopolítico da próxima década e será organizada uma Cimeira UE-União Africana nos dia 17 e 18 de fevereiro, para refundar a relação em quatro domínios: i) um new deal económico e de financiamento; ii) na educação, saúde e clima; iii) numa parceira de segurança; iv) na mobilidade e luta contra o tráfico de pessoas. Sobre os Balcãs Ocidentais, considera-se que estão no coração da UE e será convocada uma Cimeira para o mês de junho.
- 2. **Um novo modelo europeu** de crescimento, que integre a produção, a regulação, a inovação, o modelo social e a agenda climática. Será convocada uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo para os dias 10 e 11 de março sobre este modelo, que deverá versar sobre:
 - capacidade de produção: afirmando a UE como um continente capaz de produzir e garantir emprego, com a inovação e a tecnologia no centro. Neste âmbito, será dedicada particular atenção à adaptação das regras orçamentais e de financiamento, bem como à finalização da união bancária e do mercado de capitais;
 - equilíbrio entre crescimento económico e ambição climática: a UE foi o primeiro continente a assumir em forma de lei o seu compromisso de neutralidade carbónica até 2050. A Presidência francesa terá como prioridade fazer avançar o mais possível o pacote Fit for 55 e o mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras. Além disso, e no âmbito da revisão da política comercial, também em sede da OMC, procurar-se-á incluir as chamadas clauses miroirs em matéria ambiental.
 - potência no digital: além de ambicionar a finalização do pacote sobre os serviços digitais Regulamento da Lei dos Serviços Digitais e Regulamento sobre Mercados Digitais (DSA e DMA) -, a Presidência francesa pretende concluir o pacote de tributação das multinacionais, acordado no G20;
 - *emprego*: nomeadamente a capacidade de proporcionar empregos melhores, melhor remunerados e atrativos, com destaque para a proposta relativa a um quadro comum para os salários mínimos e a proposta relativa aos trabalhadores das plataformas.
- 3. **Uma Europa humana**, prioridade que visa afirmar um grande momento do humanismo europeu. Neste contexto, afirma-se a prioridade de <u>concluir os trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa no mês de maio</u>, com soluções concretas para as preocupações dos cidadãos. No que diz respeito aos valores, reitera-se que as questões do Estado de direito são existenciais e não negociáveis, estando prevista a proposta de um Fundo Europeu de Apoio ao Jornalismo europeu.

As prioridades serão apresentadas pelo Presidente Emmanuel Macron no Plenário do PE da próxima semana, em Estrasburgo (19 de janeiro).

3. TAXONOMIA

Uma das iniciativas que tem gerado maior discussão ao nível da UE nas últimas semanas relaciona-se com a chamada <u>Taxonomia</u> para o desenvolvimento sustentável. No passado dia 31 de dezembro, a Comissão Europeia iniciou consultas com o Grupo de Peritos dos Estados-Membros sobre



Financiamento Sustentável e a Plataforma para o Financiamento Sustentável relativamente a um projeto de ato delegado complementar sobre a taxonomia que abrange determinadas atividades no domínio do gás e da energia nuclear. O procedimento legislativo pode ser consultado neste <u>site</u>.

Importa precisar o que é a taxonomia da UE: é um sistema de classificação que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, fornecendo às empresas, investidores e decisores políticos as definições apropriadas para identificar essas atividades.

O <u>Regulamento da Taxonomia</u> foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 22 de Junho de 2020 e entrou em vigor a 12 de Julho de 2020. Estabelece a base para a taxonomia da UE, definindo 4 condições gerais que uma actividade económica tem de preencher para ser classificada como ambientalmente sustentável. O Regulamento da Taxonomia estabelece seis objectivos ambientais:

- 1. Atenuação das alterações climáticas
- 2. Adaptação às alterações climáticas
- 3. A utilização sustentável e a protecção da água e dos recursos marinhos
- 4. A transição para uma economia circular
- 5. Prevenção e controlo da poluição
- 6. A protecção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas

Está disponível uma Ficha informativa - Como é que a taxonomia da UE se integra num quadro de financiamento sustentável?

Na sua comunicação de 31 de dezembro, a Comissão <u>considera</u> que, a fim de cumprir as metas climáticas e energéticas da UE para 2030 e alcançar os objectivos do Pacto Ecológico Europeu, é necessária uma linguagem comum e uma definição clara do que é "sustentável". É por isso que o plano de acção sobre o financiamento do crescimento sustentável apelou à criação de um sistema comum de classificação das actividades económicas sustentáveis, ou de uma "taxonomia da UE".

O ponto central desta controvérsia (mais informação <u>aqui</u>) é o facto de se considerar que, tendo em conta os pareceres científicos e a evolução tecnológica, bem como a diversidade dos desafios que a transição coloca aos Estados-Membros, o gás natural e a energia nuclear têm um papel a desempenhar para facilitar a transição para um futuro baseado predominantemente nas energias renováveis. No quadro da taxonomia, isso significa classificar estas fontes de energia em função de critérios claros e rigorosos (por exemplo, o gás deve provir de fontes renováveis ou produzir poucas emissões até 2035), tendo em conta em especial o seu contributo para a transição para a neutralidade climática.

O projeto de regulamento está disponível <u>aqui</u>.

O regulamento sobre a taxonomia prevê que o Grupo de Peritos dos Estados-Membros sobre Financiamento Sustentável sejam consultado. A Comissão analisará tais contribuições e adotará formalmente o ato delegado complementar no início de 2022. O referido ato será então enviado aos colegisladores para exame.

4. BÚSSOLA ESTRATÉGICA

Na <u>Síntese n.º 101</u>, demos nota de que, no passado dia 9 de novembro, o Alto-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, apresentou o primeiro esboço daquilo que será a Bússola Estratégica da UE¹. Esta semana, prosseguiram as discussões ao nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, com base esta semana (cfr. ponto 9) numa versão

_

¹ Documento HR(2021) 174 (LIMITE).



revista desse documento². É esperado que este documento estratégico seja adotado no Conselho Europeu de março.

Este debate reveste-se de uma importância acrescida atualmente, face às conversações em curso entre a UE, a NATO, os EUA e a Rússia (síntese aqui). O novo texto da Bússola Estratégica refere o objetivo de, para além das aquisições conjuntas de defesa, criar uma capacidade de mobilização rápida da UE de até 5.000 tropas, com regras de combate conjuntas. Por outro lado, é reforçada a linguagem em relação à Rússia, China, Irão, Bósnia e terrorismo, especificando que qualquer compromisso com a Rússia tem de se basear nos cinco princípios acordados pela UE em março de 2016, os quais exigem nomeadamente que Moscovo respeite os acordos de Minsk para a paz na Ucrânia. Por outro lado, acrescenta-se que "Tanto a Rússia como a China estão a expandir o seu arsenal nuclear e a desenvolver novos sistemas de armamento", e que "estas tendências estão a acontecer num contexto de desconstrução da arquitectura de segurança na Europa herdada da Guerra Fria, do Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa ao Tratado de Céu Aberto e ao Tratado das Forças Nucleares de Intervalo Intermédio", advertindo que "este vazio normativo está a ter um impacto directo na estabilidade e segurança da UE".

A China continua a ser descrita como um parceiro, concorrente e rival, mas o novo projecto de texto salienta também a preocupação com o facto de *ter vindo a desenvolver substancialmente os seus meios militares e pretender ter as forças armadas tecnologicamente mais avançadas até 2049, com impacto na segurança regional e global.* No que diz respeito aos EUA, são descritos como "o parceiro internacional mais firme da UE", mas agora também como "o parceiro estratégico mais importante".

5. 20 ANOS DO EURO

No dia 1 de janeiro de 2022, assinalaram-se os <u>vinte anos</u> da entrada em circulação do euro. À época, doze países da UE trocaram as suas notas e moedas nacionais pelo euro, no que foi, <u>segundo a Comissão Europeia</u>, a maior conversão fiduciária de sempre. O euro é um símbolo da integração e da identidade da UE e, hoje em dia, é utilizado por mais de 340 milhões de pessoas em 19 países da UE, nos quais circulam 27,6 mil milhões de notas, num valor de cerca de 1,5 biliões de euros. O euro é, atualmente, após o dólar americano, a moeda mais utilizada a nível mundial.

Na sua nota à imprensa, a Comissão Europeia recorda que o euro percorreu um longo caminho desde que foram travados os primeiros debates sobre uma união económica e monetária no final da década de 1960. Em 1988, o Comité Delors deu os primeiros passos específicos para a adoção de uma moeda única. Em 1992, o Tratado de Maastricht representou um momento decisivo na transição para o euro, quando os líderes políticos adotaram os critérios que os Estados-Membros teriam de cumprir para adotar a moeda única. Dois anos mais tarde, o Instituto Monetário Europeu (IME) lançou, em Frankfurt, os trabalhos preparatórios para que o Banco Central Europeu (BCE) assumisse a responsabilidade pela política monetária na área do euro, após o que, em 1 de junho de 1998, o BCE se tornou operacional.

Em 1999 o euro foi introduzido em 11 Estados-Membros como moeda de relato e começou a ser utilizado para efetuar pagamentos eletrónicos. Finalmente, em 1 de janeiro de 2002, a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a Finlândia, a França, a Grécia, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos e Portugal substituíram as suas notas e moedas nacionais por euros. A Eslovénia aderiu à área do euro em 2007, seguida por Chipre e Malta (2008), pela Eslováquia (2009), pela Estónia (2011), pela Letónia (2014) e pela Lituânia (2015). A Croácia deverá entrar em 1 de janeiro de 2023, desde que o país cumpra todos os critérios de convergência.

-

² EEAS(2021) 1169 REV1 (LIMITE)



6. EUROPOL | ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A <u>Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD)</u> notificou a Europol para eliminação de dados relativos a pessoas sem ligação estabelecida a uma atividade criminosa, concluindo assim o inquérito da AEPD lançado em 2019. Em setembro de 2020, a AEPD tinha admoestado a Europol pela continuação do armazenamento de grandes volumes de dados sem categorização de sujeitos, o que representa um risco para os direitos fundamentais dos indivíduos. Embora tenham sido tomadas algumas medidas, a Europol não terá dado seguimento aos pedidos da AEPD no sentido de definir um período adequado de conservação de dados para filtrar e extrair os dados pessoais autorizados para análise, ao abrigo do regulamento da Europol. A AEPD produziu uma seção de perguntas e respostas sobre esta sua ação, disponível <u>aqui</u>.

A Comissária Ylva Johansson mostrou-se preocupada com o risco potencial desta decisão. De acordo com o <u>Politico</u>, a Comissária referiu que se um Estado membro ou a polícia nacional não podem utilizar a Europol para ajudar na análise de grandes dados quando têm casos nacionais, então estarão cegos porque muitas forças policiais nacionais não têm capacidade para lidar com estes grandes dados.

7. DIMENSÃO PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA FRANCESA - COSAC

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa teve lugar, no final desta semana, a reunião de Presidentes da COSAC, em Paris, organizada pelo Senado francês. Da agenda da reunião constaram, além dos habituais pontos procedimentais, três sessões: na primeira sessão, Clément Beaune (Secretário de Estado dos assuntos europeus francês) apresentou as prioridades da Presidência francesa do Conselho da UE (Cfr. ponto 2 desta síntese), a segunda sessão foi dedicada à discussão de novos métodos de trabalho na COSAC, tendo sido criados dois grupos de trabalho para acompanhamento do papel dos Parlamentos nacionais na UE e para debate do lugar dos valores europeus como sentimento de pertença à UE (nota de enquadramento disponível aqui). Estes grupos de trabalho serão constituídos por até dois membros de cada Parlamento, em cada grupo, sendo elaborado um relatório de progresso para apresentação da reunião plenária da COSAC e um relatório final, terminando a sua atividade no final da Presidência francesa. A terceira sessão debruçou-se sobre o 20.º aniversário do euro, enfatizando-se a sua resiliência e o seu sucesso, e contou com a participação de Christine Lagarde, Presidente do Banco Central Europeu, cuja intervenção se encontra disponível aqui.

8. COMISSÃO EUROPEIA | LITERACIA FINANCEIRA

A Comissão Europeia e a Rede Internacional de Educação Financeira da OCDE (OCDE-INFE) publicaram esta semana o quadro comum UE/OCDE-INFE de competências financeiras para adultos, cujo objetivo é permitir que os indivíduos possam tomar decisões informadas sobre as suas finanças pessoais, apoiando a elaboração de políticas públicas, programas de literacia financeira e materiais didáticos por parte dos Estados-Membros, estabelecimentos de ensino e indústria, assim como o intercâmbio de boas práticas por parte dos decisores políticos e partes interessadas da UE. Este quadro surge na sequência das medidas anunciadas no Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais de 2020 e baseia-se nas competências definidas no quadro de competências essenciais G20/OCDE-INFE em matéria de literacia financeira para adultos.

9. COMISSÃO EUROPEIA | ESTADO DE DIREITO - PROCESSO POR INFRAÇÃO CONTRA A POLÓNIA



Temos vindo a dar nota em <u>sínteses anteriores</u> das questões que envolvem a Polónia e a Comissão Europeia no que se refere ao respeito pelo Estado de direito. A Comissão decidiu no final do ano lançar um <u>processo por infração contra a Polónia</u> por sérias preocupações em relação ao Tribunal Constitucional polaco e à sua recente jurisprudência, nomeadamente por considerar as previsões dos Tratados incompatíveis com a Constituição polaca, colocando o primado da UE em causa. A Polónia tem dois meses para responder à carta de notificação. A Comissão considera que as decisões do Tribunal violam os princípios gerais da autonomia, primado, eficácia e aplicação uniforme do direito da União, bem como o efeito vinculativo das decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia. A Comissão considera que as decisões violam também o n.º 1 do artigo 19.º do Tratado da União Europeia que garante o direito a uma proteção judicial efetiva pela interpretação restritiva indevida que lhe confere, mantendo ainda as dúvidas quanto à independência e imparcialidade do Tribunal Constitucional.

10. COMISSÃO EUROPEIA | PRÓXIMA GERAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS DA UE

A Comissão Europeia propôs a criação da <u>próxima geração de recursos próprios do orçamento da UE</u>, avançando com três novas fontes de receitas:

- receitas do regime de comércio de licenças de emissão;
- recursos gerados pelo mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço;
- parte dos lucros residuais das multinacionais a reafetar aos Estados-Membros ao abrigo do recente acordo OCDE/G20 sobre a reafetação dos direitos de tributação.

Prevê-se que em 2026-2030 estas <u>novas fontes</u> gerem anualmente, em média, 17 mil milhões de euros para o orçamento da UE. Ajudarão ainda a reembolsar as verbas mobilizadas pela UE para financiar a componente de subvenções do *Next Generation EU* e financiar o Fundo Social para o Clima.

Em termos de procedimento, para incorporar <u>novos recursos próprios</u>, a UE terá que alterar dois atos legislativos: a Decisão Recursos Próprios e o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027. A Decisão Recursos Próprios deve ser aprovada por unanimidade pelo Conselho, após consulta do PE, e o Regulamento do QFP deve ser adotado por unanimidade pelo Conselho, após aprovação do PE. A seção de perguntas e respostas sobre este tema encontra-se disponível <u>aqui</u>.

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos Ministros da Defesa

Com a presença da NATO e ONU, a reunião centrou-se no <u>debate</u> sobre a necessidade de uma cooperação reforçada no que se refere à interferência estrangeira nas missões e operações, na proposta de nova declaração conjunta UE-NATO e ações para a proteção do livre acesso e utilização de domínios comuns (espacial, marítimo, aéreo e cibernético). Foi ainda discutida, em conjunto com os ministros dos negócios estrangeiros, a Bússola Estratégica.

Reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (Gymnich)

Os ministros discutiram aprofundadamente a Bússola Estratégica durante a sessão conjunta com os ministros da defesa, nomeadamente nas quatro áreas-chave: gestão de crises, reforço de capacidades, resiliência e parcerias. Debateram também a segurança nos países vizinhos orientais, sobretudo Ucrânia e Bielorrússia, e as iniciativas a lançar na região, assim como as relações com a China e o sistema multilateral e a parceria UE-África.



12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, em Estrasburgo, sendo de destacar:

- Cerimónia de homenagem ao presidente David Sassoli;
- Eleição do <u>Presidente do PE para os próximos dois anos e meio;</u>
- <u>Eleição dos vice-presidentes e dos questores</u>;
- Debate com Emannuel Macron sobre as prioridades da presidência francesa do Conselho da UE;
- Aprovação da posição do PE sobre a <u>Lei dos Serviços Digitais: novas obrigações para as plataformas e um ambiente em linha mais seguro para os utilizadores;</u>
- Votação do acordo sobre o <u>Reforço do papel da Agência Europeia de Medicamentos</u>
- Debate sobre os resultados da cimeira europeia de dezembro;
- Debate e votação sobre as <u>Recomendações para assegurar o bem-estar dos animais durante o transporte</u> (Comissão de inquérito sobre a proteção dos animais durante o transporte, da qual a Deputada portuguesa Isabel Carvalhais S&D é correlatora);

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>18 de janeiro</u>, destacando-se o pacote sobre educação superior - Estratégia Europeia para as Universidades e Construção de pontes para uma cooperação eficaz no ensino superior.

Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 17.01: Eurogrupo; Conselho (Agricultura e Pescas)
- 18.01: Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)
- 20.01: Reuniões informais dos ministros do ambiente e energia

13. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade a este novo conteúdo, que consiste numa resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de dezembro aqui e o arquivo online aqui.

Bruxelas | 14 de janeiro de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.